

DIÁRIO CARIOCA

Jornal carioca diário fundado em 17 de julho de 1928 por José Eduardo de Macedo Soares e extinto em 31 de dezembro de 1965.

DE 1928 A 1934

O *Diário Carioca* nasceu com a finalidade precípua de fazer oposição ao governo de Washington Luís. Seu fundador, de tradicional família fluminense, havia deixado a Marinha no posto de primeiro-tenente, para dedicar-se à política e posteriormente à imprensa. Já em 1912, fundara *O Imparcial*. Embora suas atividades políticas durante a Primeira República estivessem vinculadas ao poder institucionalizado, a partir de dado momento Macedo Soares passou a refletir uma das correntes de oposição à estrutura política vigente. Tanto isso é verdade que o primeiro número do *Diário Carioca* deveria ter saído a 5 de julho, para comemorar o sexto aniversário do levante dos 18 do Forte.

Ao lado do fundador, que reservou para si a diretoria, o novo jornal contava em sua equipe inicial com Alberto Burle de Figueiredo na gerência, Leônidas de Resende na chefia da redação, Osório Borba como secretário, e Antenor Guimarães. Entre os primeiros colaboradores destacavam-se Evaristo de Moraes, Virgílio de Melo Franco, Humberto de Campos e Adolfo Bergamini.

O primeiro número do *Diário Carioca* caracterizava desde logo sua natureza essencialmente política. De acordo com José Eduardo de Macedo Soares, o objetivo do jornal era “servir ao país, traduzindo lealmente seus sentimentos, esclarecendo e interpretando as correntes de opinião, e assumindo com honestidade e firmeza a parcela de responsabilidade que lhe coubesse nas lutas da política brasileira”. O noticiário do Congresso, no mesmo número, reproduzia a polêmica entre o deputado Adolfo Bergamini, que acusara determinados generais de enriquecimento ilícito, e um general deputado, que exortara Bergamini a citar o nome de “um só general gatuno”.

O *Diário Carioca* apoiou a Revolução de 1930, encarando-a como a solução para os problemas do país. Dias antes de sua eclosão, um encontro de líderes da Aliança Liberal foi realizado na própria redação do jornal. Dele participaram, entre outros, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, João Pessoa, os Lima Cavalcanti, Café Filho, Getúlio Vargas e Juarez

Távora. Em 24 de outubro, a primeira página do jornal estampava: “A Redenção Brasileira — vitoriosa em todo o país a Cruzada Santa da Liberdade Nacional.” Acrescentava ainda a notícia que a nação reagira aos “40 anos de opróbrios e vilipêndios culminados neste governo”. “A nação respira.” Por fim, o jornal destacava a ação dos generais Mena Barreto, Leite de Castro e João Gomes Ribeiro, no Rio de Janeiro.

Já em novembro de 1930, porém, José Eduardo de Macedo Soares conclamava o governo provisório a seguir seu programa e a cumprir suas promessas: “O governo deve agir de acordo com o preestabelecido, a nação o espera impacientemente.” Dias depois, o editorial “Governo em férias” advertia que “o sr. presidente da República não deve confundir atos do governo (onde é parcimonioso) com benefícios da Revolução (onde abusa indevidamente). As férias do governo se prolongam, impedindo o começo de um esforço útil e de um trabalho proveitoso tendente ao menos a cumprir a lei orgânica do governo federal”.

No princípio do mês de dezembro, o *Diário Carioca* rompia com a situação, apontando os males trazidos pelo governo provisório ao país: “uma administração incompetente e uma política mesquinha.” O governo revolucionário era visto como uma “marcação de passo”. Pouco mais tarde, o número que trazia o editorial “Balaio de caranguejos” foi impedido de sair. Mesmo assim, o editorial circulou pela cidade através de milhares de provas impressas nas próprias oficinas do jornal. A partir daí, Macedo Soares manteve-se em oposição constante ao governo provisório.

Em janeiro de 1932, Horácio de Carvalho Júnior assumiu o cargo de diretor-presidente, reservando-se Macedo Soares a orientação política do jornal. Os ataques eram desferidos sobretudo contra os “tenentes”, investidos “nos cargos mais importantes, estando com a faca e o queijo na mão”. O próprio Macedo Soares participou da fundação do Clube 24 de Fevereiro, criado em 16 de fevereiro de 1932 para defender a reconstitucionalização do país e se opor ao Clube 3 de Outubro, a mais importante associação tenentista.

O clube recém-fundado pretendia realizar uma manifestação nas escadarias do Teatro Municipal no dia 24 de fevereiro, data em que foi aprovada a Lei Eleitoral, primeiro passo para a convocação de uma assembleia nacional constituinte. Nesse mesmo dia 24 de fevereiro, Macedo Soares afirmou que o Clube 3 de Outubro tinha por finalidade “sustentar pela violência um regime de poderes discricionários que Getúlio Vargas planejava

prolongar no país”. Não podendo contar com os civis liberais nem com os democratas, Getúlio teria passado a utilizar-se de um sistema militarista aproveitando-se da legenda de heroísmo e abnegação dos antigos revolucionários e do interesse e da ambição dos novos.

No dia seguinte, ou seja, a 25 de fevereiro, o *Diário Carioca* foi empastelado pelo filho de Pedro Ernesto Batista (então interventor no Distrito Federal), que chegou ao jornal acompanhado de três caminhões de soldados. Foram grandes os prejuízos materiais, e, além disso, dois empregados do jornal sofreram ferimentos. O *Diário Carioca* foi assim forçado a suspender sua circulação por algum tempo.

A crise desencadeada com o empastelamento foi grande. Maurício Cardoso, ministro da Justiça, que tinha conseguido pôr fim à censura à imprensa, e Batista Luzardo, chefe de polícia do Distrito Federal, protestaram. Getúlio, entretanto, mostrou-se reticente em relação a que atitude tomar. Maurício Cardoso exigia o prosseguimento do inquérito. O ministro da Guerra, José Fernandes Leite de Castro, e o próprio Vargas, apoiados por líderes tenentistas, voltaram a preconizar o retorno à censura, como medida profilática para casos semelhantes. Contrários a tal medida colocaram-se os gaúchos João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, Batista Luzardo e Lindolfo Collor, todos políticos ligados ao governo provisório. O impasse acabou por forçá-los a renunciar coletivamente no dia 3 de março, em acerto com Flores da Cunha, então interventor no Rio Grande do Sul.

As tentativas de conciliação política tiveram início com um *Heptálogo* preparado por Assis Brasil, que pedia o retorno à Constituição de 1891 no tocante aos direitos dos cidadãos, para que dessa forma se punissem os autores do empastelamento do *Diário Carioca*. Seguiu-se um *Decálogo*, enviado a Vargas por Borges de Medeiros e Raul Pilla, no qual eram pedidas, entre outras coisas, a abertura de inquérito sobre o atentado ao *Diário Carioca*, o afastamento de Pedro Ernesto da prefeitura do Distrito Federal, a realização de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) até 31 de dezembro e a liberdade de imprensa. Tanto ao *Heptálogo* como ao *Decálogo*, Getúlio não deu mais que respostas evasivas. Tentou, por outro lado, reconciliar-se com os gaúchos, oferecendo a Flores da Cunha o Ministério da Justiça, que este recusou.

Soube-se posteriormente que Macedo Soares deveria ter sido eliminado durante o empastelamento de seu jornal, tendo escapado por estar em Petrópolis (RJ) na ocasião.

Edgar Carone enfoca o ataque ao *Diário Carioca* como a resposta imediata à

decretação do Código Eleitoral de 24 de fevereiro de 1932, que não era senão uma concessão de Getúlio aos defensores da reconstitucionalização rápida, contrária por sua vez aos interesses tenentistas. Para Carone, o empastelamento teria sido uma etapa da luta entre as oligarquias e o tenentismo em torno do problema da constitucionalização.

Em 5 de abril de 1932, voltou a circular o *Diário Carioca*. Macedo Soares responsabilizou o governo da República pelo empastelamento, realizado por oficiais comandando soldados munidos de armas “que a nação lhes confiou para sua defesa”. Para Macedo Soares, a revolução havia sido feita a fim de que se instaurasse uma democracia livre, um regime civil voltado para os ideais da justiça social. Os militares, no entanto, a partir de um dado momento, haviam passado a encarar a revolução como privilégio da maioria de uma classe, a do “tenente desconhecido”. Macedo Soares terminava acrescentando que “só a morte poderá emudecer a consciência livre que continuará falando, após a volta sem ódios ou rancores, do alto desta tribuna”.

A oposição ao governo provisório seguiu adiante, pois no mês de junho o jornal manifestou-se contra o “asfixiamento da liberdade de imprensa” e promoveu novo ataque ao tenentismo afirmando que Vargas patrocinava “uma política militarista... contrária à consciência cívica do povo brasileiro”. Finalmente, Macedo Soares declarou que “o Brasil vai apodrecendo ao sol”. Mantendo essa linha política, o *Diário Carioca* apoiou integralmente a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em julho de 1932.

Em 1933, quando foram marcadas as eleições para a ANC, Macedo Soares candidatou-se, sendo eleito deputado na bancada do estado do Rio.

Ao longo de todo esse período, as críticas do jornal ao governo visaram muitas vezes alvos específicos, como a administração de Juarez Távora no Ministério da Agricultura, as atuações políticas de Pedro Ernesto e Antunes Maciel e a gestão financeira dos interventores — apenas os interventores no Rio Grande do Sul, na Bahia e em Minas Gerais foram poupados. Um dos colaboradores do diário, José de Avelar Fernandes, contestou os projetos do general Góis Monteiro relativos a uma possível reestruturação do Exército. Por outro lado, o *Diário Carioca* jamais desferiu ataques pessoais a Getúlio.

No início de 1934, o *Diário Carioca* promoveu campanhas contra a Light, a Companhia do Gás, a indústria pesqueira e a imigração de elementos indesejáveis, entre os quais sírios e japoneses. O jornal defendeu, no entanto, o funcionalismo público em suas

reivindicações, bem como a liberdade de imprensa. Em meados do ano, o *Diário Carioca* pôde por fim aplaudir a nova Constituição, meta primordial de seus princípios legalistas.

DE 1934 A 1945

A partir desse momento, o jornal aproximou-se da situação, passando a informar sobre as questões nacionais de maior repercussão de maneira bastante parcial. A política partidária, assim como as questões regionais, foi relegada ao segundo plano. Assuntos importantes como a crise do Partido Republicano Paulista ou a questão eleitoral fluminense foram tratadas em notas pequenas e descontínuas.

Em um extenso editorial intitulado “Em defesa da democracia”, o jornal mostrou-se favorável à Lei de Segurança Nacional, promulgada em 1935: “O governo, armado dos poderes que lhe vai dar a Câmara, defenderá a segurança do regime. Não lhe aconselharíamos excessos criminosos, que só serviriam para criar mártires. Mas de certo, a repressão aos maus elementos, aos agitadores, aos terroristas deve ser inflexível e energética.” Um segundo editorial acrescentava que “o povo brasileiro aplaudirá quaisquer iniciativas de reação ao fascismo, como de repulsa ao comunismo”. O editorial “O Ministério do Trabalho e as conquistas proletárias” começava com um elogio à elaboração de uma legislação social pelo governo, e referia-se à necessidade que tinha o Estado de oferecer um amparo legal ao proletariado. Fazia, no entanto, a seguinte crítica: “É forçoso, porém, reconhecer que as nossas leis sociais, como estão, em vez de provocarem o conagraçamento do capital com o trabalho, são fontes de discórdia permanentes e de dissídios intermináveis.” O apoio à situação fez com que o jornal declarasse que “a reconstrução do Brasil há de se operar com ou sem o concurso da oposição”. Dentro dessa linha, o *Diário Carioca* fez cerrada oposição à Revolta Comunista de 1935. Por outro lado, nesse mesmo ano, Macedo Soares foi eleito senador.

A despeito de seus pontos de contato com a situação, o *Diário Carioca* recebeu com certas reservas a Constituição de 1937. A partir de 1938, contudo, passou a prestar incondicional apoio ao governo. Manifestou-se contra o *putsch* integralista de maio desse ano e teceu elogios às medidas e realizações do governo federal, bem como à administração do interventor Ernâni Amaral Peixoto no estado do Rio de Janeiro. Louvores foram também prestados à atuação do capitão Filinto Müller na manutenção da ordem pública e na defesa

de “nossas instituições políticas”. O Estado Novo era visto como a concretização dos ideais tenentistas. O editorial “Democracia forte” procurava justificar os poderes excepcionais do Estado em função de sua própria defesa: o liberalismo, acossado por doutrinas que lhe eram contrárias, “teve que ceder ao peso de sua velharia”. Assim se legitimava uma reação séria, consubstanciada num governo forte: “O Brasil com o Estado Novo inscreveu-se entre as nações que querem salvar a sua democracia. Não foi outro o objetivo do presidente Getúlio Vargas.”

Entretanto, gradualmente a linha política do jornal se transformou. Em 1941, o *Diário Carioca* se envolveu na questão do navio *Siqueira Campos*, aprisionado pelos ingleses com base no bloqueio continental quando transportava carga de material bélico da Alemanha para o Brasil. Nesse momento, o general Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, iniciou através da imprensa uma violenta campanha contra a Inglaterra e os interesses ingleses. A campanha chegou a tal ponto que o ministro Osvaldo Aranha pediu a Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que recomendasse aos jornais a diminuição da ênfase com que vinham tratando o assunto. Foi nesse contexto que o *Diário Carioca* proclamou a necessidade de as forças civis se agruparem em torno do presidente, o que foi interpretado como uma advertência aos militares para que não intervissem em assuntos civis. Góis Monteiro resolveu, malgrado o apoio que lhe fora dado pelo jornal inúmeras vezes, suspendê-lo temporariamente. Getúlio encampou a idéia, alegando que o editorial poderia ser interpretado de modo a criar uma dissensão entre o presidente e as forças armadas. Um contingente de soldados chegou a ser despachado para o *Diário Carioca*, mas Góis Monteiro, no momento final, pediu ao general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, que expedisse uma contraordem.

A emenda constitucional de 28 de fevereiro de 1945 foi considerada pelo *Diário Carioca* como uma “reforma em moldes fascistas”. Dessa forma, o jornal aludia ao fato de que sua decretação significava manter a Carta de 1937.

DE 1945 A 1954

Com a queda do Estado Novo, o *Diário Carioca* defendeu exaltadamente o retorno ao regime democrático. O editorial “Antes do amanhecer cantam os galos”, de Macedo Soares, referia-se ao despertar da imprensa “após uma noite polar em um dia de sol

radioso”, no qual desaparecia o regime que, penetrando “nas caladas da noite”, anulava “as instituições jurídicas e políticas da República, substituindo-se aos poderes legais e instalando um método de governo oposto às tradições brasileiras, adverso às nossas convicções democráticas, contrário ao nosso instinto de liberdade”.

A partir de então, o jornal passou a capitanear a campanha eleitoral de Eduardo Gomes, difamando sistematicamente ao mesmo tempo o candidato comunista Iedo Fiúza. Macedo Soares escrevia artigos criticando o não comparecimento de Getúlio Vargas — eleito senador em 2 de dezembro de 1945 — à Assembleia Constituinte. Acusava-o igualmente de estar por trás das manifestações e violências ocorridas na Zona Sul do Rio de Janeiro, praticadas por moradores do morro do Leblon. Iedo Fiúza era combatido pelo jornalista Carlos Lacerda, através de uma série de artigos sob o *slogan* “O Rato Fiúza”. Uma vez eleito o general Dutra, o *Diário Carioca*, inicialmente oposicionista, num segundo momento passou à situação.

Em meados de 1948, o jornal estava ainda sob a direção de Horácio de Carvalho Júnior, e em sua primeira página Macedo Soares e Danton Jobim alternavam colunas. Nessa época, o editorial “Nossa opinião” afirmava ser o *Diário Carioca* um órgão de combate que antecipara a Revolução de 1930. Havia sobretudo o interesse em deixar claro que o jornal, acima de suas preferências, era movido pela “necessidade de bem servir ao país”, e que não raro assumira “atitudes perigosas e dramáticas”. A imprensa, para o *Diário Carioca*, teria a missão de ser a um só tempo porta-voz e orientadora da opinião popular. Nesse mesmo ano, a redação do jornal transferiu-se do prédio que ocupava na praça Tiradentes para o moderno edifício da avenida Presidente Vargas.

No momento da sucessão de Dutra, o *Diário Carioca* apoiou a candidatura de Cristiano Machado à presidência da República pelo Partido Social Democrático (PSD), alertando a opinião pública para “o perigo da candidatura Vargas”, e criticando Café Filho por este se prestar a integrar a chapa de Getúlio mesmo depois de ter-se definido como socialista e de ter participado da campanha “Lembraí-vos de 37”. O jornal aproximou-se também do brigadeiro Eduardo Gomes, candidato à presidência da República pela União Democrática Nacional (UDN), embora mostrasse reservas ante as ligações deste com o ex-integralista Plínio Salgado.

Com a vitória de Getúlio Vargas, o *Diário Carioca* passou a fazer oposição ao

governo. Moveu intensa campanha contra a *Última Hora*, jornal de Samuel Wainer, após ter-lhe vendido a empresa gráfica Érica. Ao ser instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as acusações de corrupção feitas contra o jornalista, não lhe poupou ataques. Posteriormente, o *Diário Carioca* apoiaria a proposta de *impeachment* levantada pela chamada “Banda de Música” da UDN contra Getúlio Vargas, bem como o *Manifesto dos coronéis* (1954), apresentado como um pedido de aumento dos vencimentos dos militares, mas na verdade uma crítica ao governo visando essencialmente a atuação de João Goulart, então ministro do Trabalho.

DE 1954 A 1965

Com o suicídio de Vargas, a ascensão de Café Filho à presidência da República e o subsequente desvio dos projetos da política varguista, o *Diário Carioca* aproximou-se do poder, o que, de acordo com alguns depoimentos, refletia a expectativa do jornal de que alguns de seus membros recebessem cargos na administração pública. Não conseguindo atingir seu intento, o jornal iniciou um processo de integração ao PSD. A partir daí, é possível explicar sua posição favorável à deposição de Carlos Luz e à decretação do estado de sítio, bem como o apoio dado ao general Henrique Teixeira Lott durante o Movimento do 11 de Novembro de 1955. O jornal defendeu a seguir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek.

No decorrer do governo Kubitschek, embora se mantivesse ao lado da situação, o *Diário Carioca* foi-se gradualmente decepcionando com o novo presidente, já que, segundo depoimentos de alguns redatores, as expectativas de obtenção de vantagens materiais não se concretizavam. Juscelino Kubitschek não apoiou o jornal da maneira como este desejava. A expectativa de obtenção de cargos públicos teve resultado apenas na nomeação de Danton Jobim, redator-chefe do *Diário Carioca*, para a presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao final do mandato de Juscelino, o *Diário Carioca* apoiou Lott nas eleições de 1960.

Em 1961, Horácio de Carvalho Júnior vendeu o jornal a Arnon de Melo, o qual, um ano depois, tornou a vendê-lo a Danton Jobim. Em consequência de sua posição favorável a Lott, o *Diário Carioca* apoiou João Goulart durante todo o seu governo. Segundo depoimentos, Goulart teria chegado a prestar auxílios materiais ao jornal. Por essa época, a

tiragem do *Diário Carioca* começou a diminuir, em função da nítida redução de sua circulação. Junto com seus leitores, o jornal perdeu sua influência política. O declínio se estendeu até 1965, quando, a 31 de dezembro, o *Diário Carioca* rodou seu último número, com pequena tiragem devido ao agravamento das dificuldades materiais.

Se, por um lado, o fechamento do *Diário Carioca* pode ser explicado a partir de sua ruptura com o que seria uma tradição liberal udenista e de sua conseqüente adesão a uma política trabalhista, onde se detecta até mesmo apoio ao governo João Goulart, por outro lado é possível encontrar-se na própria estrutura do jornal a principal razão de seu declínio.

O *Diário Carioca* se dividia em duas seções: havia um lado eminentemente jornalístico, formado por uma equipe dirigida por Luís Paulistano e composta de jornalistas como Carlos Castelo Branco, Jânio de Freitas, José Ramos Tinhorão, Evandro Carlos de Andrade, Armando Nogueira e Gílson Campos, e, inteiramente dissociado, havia o grupo que detinha o controle acionário da empresa, encabeçado por Horácio de Carvalho Júnior, proprietário do jornal, e José Eduardo de Macedo Soares, que durante todo o tempo funcionou como uma espécie de eminência parda. Dessa forma, ao mesmo tempo em que era viável o desenvolvimento de uma campanha favorável ao aumento do salário mínimo, e que Luís Paulistano assinava a coluna “O dia do barnabé” tratando dos interesses e problemas do funcionalismo público, era também possível a defesa pura e simples dos interesses imediatos da empresa.

Tudo o que interessava à elite econômica do país em geral era encampado pelo jornal de Macedo Soares, decorrendo daí sua posição fluida e imprecisa. Por ocasião das eleições de 1955, por exemplo, o *Diário Carioca* apoiava Juscelino Kubitschek, mantendo, entretanto, uma página dedicada exclusivamente a Juarez Távora. As contradições que se verificavam no interior do jornal entre as preocupações eminentemente jornalísticas da equipe e os interesses mais imediatos da direção acabaram por se resolver com a dissolução gradual da primeira. O apoio ao governo de Juscelino Kubitschek, somado à saída do corpo da redação, explicaria assim o início do declínio do *Diário Carioca*.

O *Diário Carioca*, embora impresso por uma rotativa Marinoni durante toda sua existência, introduziu significativas inovações na imprensa brasileira. Foi o jornal que inaugurou o uso do *lead* e que utilizou pela primeira vez um corpo de copidesques em sua redação. Segundo Deodato Maia, secretário do jornal de 1949 até o momento em que este

encerrou suas atividades, a qualidade de seu jornalismo, se tomada em termos estritamente profissionais, pode ser atestada pela presença neste ou naquele momento de jornalistas que se destacaram na imprensa brasileira como um todo. Pelo *Diário Carioca* passaram, além dos já citados, os cronistas Paulo Mendes Campos, Fernando Sabino, Antônio Maria, Rubem Braga, Otávio Bonfim, Oto Lara Resende, os poetas Tiago de Melo e Vinícius de Moraes, os cronistas sociais Jacinto de Thormes e Jean Pouchard, os críticos Antônio Bento, Paulo Francis, Ricardo Galeno, Francisco Pereira da Silva e Sábato Magaldi, além de Wilson Lage, Nílson Viana, Epitácio Timbaúba, Américo Palha, Hélio Fernandes, Carlos Lacerda e José Carlos de Oliveira, o comentarista internacional Newton Carlos e o redator político Hermano Alves, entre outros.

Carlos Eduardo Leal

FONTES: CARONE, E. *República nova*; *Correio da Manhã* (1 e 2/1/66); ENTREV. FREITAS, J.; SKIDMORE, T. *Brasil*.